

Política de Privacidade

É muito importante para nós proteger a sua privacidade quando os seus dados pessoais são tratados.

Em seguida, descreveremos sobre como são tratados os seus dados pessoais sempre que utilizar a nossa plataforma Microsoft 365 (doravante, "M365").

1. Responsável pelo Tratamento

Para efeitos de proteção de dados, a entidade responsável pelo tratamento dos dados é:

OCP Portugal Produtos Farmacêuticos, S.A.

Rua do Barreiro 235-Urb. Da Boa Viagem II – Crestins 4470-573, Moreira, Maia

Telefone: +351 229 409 400

Fax: +351 229 409 490

E-mail: ocp.portugal@ocp.pt

2. Encarregado de Proteção de Dados

O nosso Encarregado de Proteção de Dados estará à sua disposição para esclarecer quaisquer dúvidas relacionadas com a proteção de dados.

– Coordenador de Proteção de Dados –

José Diniz

Rua do Barreiro 235-Urb. Da Boa Viagem II – Crestins 4470-573, Moreira, Maia

4470-573, Moreira, Maia

Telemóvel: +351 917 231 243

Fax: +351 229 409 490

E-mail: dadospessoais@ocp.pt

3. Dados Pessoais

Dados pessoais significam todas as informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável ("**titular dos dados**"). Uma pessoa singular identificável é o titular de dados pessoais que pode ser identificado, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador. Identificadores incluem, por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização, um identificador por via eletrónica, o endereço IP ou outras características específicas da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular (doravante denominados coletivamente como "**dados**").

4. Tratamento dos dados pessoais

De um modo geral, os seus dados são tratados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Lei de Proteção de Dados Pessoais) e qualquer legislação aplicável em matéria de proteção de dados. Os dados só serão tratados na medida do necessário e se estivermos habilitados para o fazer, no âmbito da legislação em matéria de dados pessoais, designadamente, para o cumprimento de objetivos contratuais, para a proteção dos nossos interesses legítimos, para o cumprimento de obrigações legais, ou, na medida em que o utilizador autorize tal tratamento.

4.1 Fundamentos e finalidades do tratamento

O M365 é usado para permitir a colaboração interna dentro da empresa e ainda com as partes interessadas externas (por exemplo, com parceiros de negócios, com clientes, etc.).

Nesse contexto, é tratada informação como o seu nome, sobrenome, endereço IP, informações do navegador, dados de interação (gerados pelas atividades do nosso locatário M365), dados de telemetria e diagnóstico (ou seja, dados que a Microsoft recolhe ou recebe em conexão com serviços online), dados de conteúdo (por exemplo, documentos, mensagens, etc. que compartilhar), bem como dados de voz e vídeo.

Relativamente aos dados de telemetria, a recolha é limitada aos dados necessários. Não há lugar a qualquer avaliação, além a de garantir a operação. Por sua vez, a Microsoft é responsável pelos dados de diagnóstico. Qualquer informação sobre este tema poderá ser encontrada na [Política de Privacidade da Microsoft](#).

Qualquer reunião gravada através do Microsoft Teams, só poderá ocorrer por mútuo acordo. Para o efeito, informações sobre a finalidade e a duração da gravação devem ser facultadas antes de a gravação dar início, assim como a obtenção do consentimento dos participantes da reunião. Se um dos participantes não consentir, não há lugar à gravação.

Os seus dados são tratados no contexto da utilização da plataforma M365 com base nos seguintes fundamentos legais:

- Para execução de um contrato ou para diligências pré-contratuais nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, na medida em que a nossa plataforma M365 é utilizada para obter informações sobre a nossa gama de produtos ou serviços;
- Para garantir o bom funcionamento da plataforma M365, em particular, a implementação de medidas técnicas e organizacionais adequadas e para o cumprimento das obrigações jurídicas às quais estamos sujeitos, enquanto responsáveis pelo tratamento, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD;
- para salvaguardar os nossos interesses legítimos de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, sendo considerado interesse legítimo, interagir com os utilizadores através da nossa plataforma M365;
- no âmbito da relação laboral nos termos do artigo 28.º da Lei de Proteção de Dados Pessoais;
- se o titular tiver dado o seu consentimento para o tratamento de dados, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD. Esta situação aplica-se, em particular, às gravações das reuniões das equipas, salvo se existir outro fundamento.

4.2 Eliminação e conservação dos dados

Os seus dados pessoais serão conservados apenas durante o período necessário para a respetiva finalidade.

Todavia, poderão também ser conservados até ao fim do prazo de prescrição de qualquer ação judicial que possa decorrer da relação existente, para serem usados como meio de prova, se necessário. O prazo de prescrição é, por regra, de 12 a 36 meses. Salvo a existência de obrigação legal de conservação que preveja período diferente, os dados pessoais serão eliminados assim que o período limite de conservação seja ultrapassado,

5. Destinatários dos dados

Os seus dados apenas serão partilhados com departamentos internos ou unidades organizacionais e outras empresas nossas afiliadas que tenham a necessidade de ter acesso aos dados para o cumprimento de obrigações contratuais e jurídicas ou na medida em que necessitam dos dados para tratar e implementar os nossos interesses legítimos.

Os seus dados serão comunicados a destinatários externos para garantir a execução de contratos, se existir obrigação legal de fornecer informação, reportar ou partilhar dados, ou tenha sido dado o seu consentimento para transferir os seus dados para terceiros ou para fornecedores externos de serviços que estão a atuar como nossos Subcontratantes ou que desempenham funções em nosso nome (pex., fornecedores de serviços TI.)

Para a plataforma M365, usamos a Microsoft Corporation, One Microsoft Way, Redmond, Washington 98052, EUA como subcontratante. Os dados pessoais dos utilizadores da plataforma são também recolhidos pela Microsoft os seus próprios fins. Para mais informações sobre o tratamento de dados pessoais pela Microsoft, deverá consultar o site <https://privacy.microsoft.com/de-de/privacystatement>.

6. Transferência para países terceiros

Dada a estrutura organizacional do Grupo, os seus dados poderão também ser tratados nas nossas empresas com sede em países terceiros, ou seja, países fora do Espaço Económico Europeu. Tais transferências de dados são realizadas tendo por base uma decisão de adequação da Comissão Europeia (Artigo 45.º do RGPD). Fora deste caso, nomeadamente, no caso de transferências para os EUA, estas basear-se-ão especialmente em cláusulas-tipo de proteção de dados /cláusulas contratuais-tipo, de acordo com os modelos adotados pela Comissão Europeia (Artigo 46.º n.º 2 alínea c), n.º 5, 2.ª parte, do RGPD) ou numa isenção nos termos do artigo 49.º do RGPD.

As mesmas regras aplicar-se-ão aos prestadores de serviços externos que trabalham por nossa conta (por exemplo, prestadores de serviços de TI) ou terceiros, na medida em que estejam em contacto com os dados pessoais e tenham a sua sede em países terceiros. A título de exemplo, ao utilizar a plataforma M365, os seus dados são transferidos para países fora da União Europeia, além dos Estados Unidos.

À exceção do disposto acima, os seus dados pessoais não serão transferidos para países fora da UE ou EEE ou para organizações internacionais.

De todo o modo, estaremos à disposição para facultar a informações relevante e detalhada que venha a solicitar.

7. Os seus direitos como titular dos dados

Poderá exercer, a qualquer momento, os direitos listados abaixo, junto da entidade identificada na secção 1.

7.1 Direito de acesso

À luz do disposto no artigo 15.º do RGPD, o titular dos dados tem o direito de solicitar informações, de forma gratuita e a qualquer momento, sobre as categorias dos dados tratados, as finalidades do tratamento, as categorias de destinatários, o período previsto de conservação ou, no caso de transferências para países terceiros, as garantias implementadas. Ao titular dos dados é ainda atribuído o direito a uma cópia dos seus dados.

7.2 Direito à retificação, ao apagamento e limitação do tratamento

Na eventualidade dos dados tratados que tratamos estarem incorretos, incompletos ou se o seu tratamento for ilegítimo, poderá requerer que os retifiquemos, complementemos, limitemos o tratamento ou que eliminemos na medida do permitido por lei, de acordo com o artigo 16.º, 17.º e 18.º do RGPD.

Não haverá lugar ao direito de apagamento se, entre outros motivos, o tratamento de dados pessoais for necessário para (i) o exercício do direito da liberdade de expressão e da informação, (ii) o cumprimento de uma obrigação legal à qual estamos sujeitos (por exemplo, obrigações legais de conservação) ou (iii) a declaração, exercício ou defesa num processo judicial.

7.3 Direito à portabilidade dos dados

No caso de nos ter facultado os dados pessoais com base no seu consentimento ou no contexto da relação contratual, e mediante solicitação, tais dados serão fornecidos num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática atual ou, quando seja tecnicamente possível, fornecidos a um terceiro designado pelo titular dos dados.

7.4 Direito de oposição

Nos casos em que o tratamento de dados que lhe digam respeito seja realizado com base no interesse legítimo, o titular dos dados poderá opor-se a tal tratamento por motivos relacionados com a sua situação particular, de acordo com o disposto no artigo 21.º do RGPD. O direito de oposição só poderá ser exercido dentro dos limites do Artigo 21.º do RGPD. Porém, os nossos interesses poderão prevalecer sobre o direito de cessação do tratamento, o que significa que, apesar da sua oposição, poderemos ter o direito de tratar os seus dados pessoais.

7.5 Direito de apresentar reclamações

Em caso de dúvidas, sugestões ou críticas, por favor contacte o Encarregado de Proteção de Dados (consulte a Seção 2).

Se o tratamento dos dados que lhe dizem respeito infringir o RGPD, poderá apresentar uma reclamação à autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da sua residência

habitual, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração. O direito à reclamação não prejudica o recurso à via administrativa ou judicial.

A autoridade de control nacional é:

Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)
Av. D. Carlos I, 134, 1º
1200-651 Lisboa
Tel.: (+351) 213 928 400
Fax: (+351) 213 976 832
E-mail: geral@cnpd.pt

No entanto, recomendamos que entre em contacto, em primeiro lugar, com o Encarregado de Proteção de Dados.

8. Obrigação de facultar dados

Por regra, o titular não é obrigado a facultar os dados pessoais que lhe dizem respeito. No entanto, se não forem facultados tais dados, estará impedido de utilizar a plataforma M365.

9. Decisões individuais automatizadas/ definição de perfis

Não são tomadas decisões individuais automatizadas.

10. Consentimento/direitos de retirada de consentimento

Na eventualidade de nos ter dado o seu Consentimento para a recolha, tratamento ou utilização dos seus dados, poderá a qualquer altura retirar esse Consentimento através do envio de uma notificação nesse sentido à entidade indicada na Secção 1. Um e-mail será o suficiente.

Tem, também, o direito de se opor ao Tratamento dos seus dados por motivos relacionados com a sua situação particular, nos termos do Artigo 6.º, n.º 1, alínea e) (exercício de funções de interesse público) ou da alínea f) (legítimos interesses do Responsável pelo Tratamento) do RGPD; o mesmo se aplica à criação de perfis ao abrigo das referidas disposições. Nestas situações, deixaremos de tratar os seus dados, salvo nos seja possível demonstrar que existem razões legítimas e convincentes para proceder ao tratamento que prevalecem sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou que o tratamento serve para a declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Se seus dados forem tratados para fins de marketing direto, poderá opor-se a esse tratamento, a qualquer altura. Se deduzir oposição ao Tratamento para fins de marketing directo, deixaremos de tratar os seus dados para essas finalidades.

Qualquer retirada de consentimento deve ser notificado para os contactos indicados na Secção 1.

11. Alterações

A OCP Portugal reserva-se o direito de alterar esta Política de Privacidade a qualquer momento. Qualquer alteração será anunciada através de publicação da Política de Privacidade revista no nosso site. Salvo indicação em contrário, as alterações produzirão efeitos imediatamente. Sugerimos, por conseguinte, que consulte regularmente esta política de privacidade de modo a estar a par da última versão.

Última atualização em Setembro 2021